

Rodrigo Faucz Pereira e Silva
Daniel Ribeiro Surdi de Avelar

ESTUDOS EM HOMENAGEM AOS 200 ANOS DO TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL

Alexandre Morais da Rosa • Ana Cláudia Bastos de Pinho • Ana Lúcia Pastore Schritzmeyer • André Machado Maya • Antonio Pedro Melchior • Daniel Marchionatti • Daniel Ribeiro Surdi de Avelar • Denis Sampaio • Diogo Malan • Fauzi Hassan Choukr • Geraldo Prado • Guilherme Madeira Dezem • Jacinto Nelson de Miranda Coutinho • Jader Marques • José Edvaldo Pereira Sales • José Laurindo de Souza Netto • José Victor Ibiapina Cunha Morais • Leonel González Postigo • Luna Rocha Dantas • Marcella Mascarenhas Nardelli • Marcio Guedes Berti • Maria Thereza Rocha de Assis Moura • Mariângela Lopes • Mônica M. Tassigny • Nestor Eduardo Araruna Santiago • Priscilla Kavalli • Rodrigo Faucz Pereira e Silva • Ronaldo de Paula Mion

Prefácio
Ministro Rogerio Schietti Cruz

THOMSON REUTERS

REVISTA DOS
TRIBUNAIS™



Diretora de Conteúdo e Operações Editoriais
JULIANA MAYUMI ONO

Gerente de Conteúdo
MILSA CRISTINE ROMERA

Editorial: Aline Marchesi da Silva, Camilla Sampaio, Emanuel Silva, Karolina de Albuquerque Araújo Martino e Quenia Becker

Gerente de Conteúdo Tax: Vanessa Miranda de M. Pereira

Direitos Autorais: Viviane M. C. Carmezim

Assistente de Conteúdo Editorial: Juliana Menezes Drumond

Analista de Conteúdo Editorial Júnior: Bárbara Baraldi

Estagiários: Ana Carolina Francisco, Francisco Prado e Marco Antonio Fonseca

Produção Editorial

Gerente de Conteúdo
ANDRÉIA R. SCHNEIDER NUNES CARVALHAES

Especialistas Editoriais: Gabrielle Laís Sant'Anna dos Santos e Maria Angélica Leite

Analista de Projetos: Thyara Pina da Silva

Analistas de Operações Editoriais: Caroline Vieira, Damares Regina Felício, Danielle Castro de Moraes, Mariana Plastino Andrade, Mayara Macioni Pinto e Patrícia Melhado Navarra

Analistas de Qualidade Editorial: Ana Paula Cavalcanti, Fernanda Lessa, Gabriela Cavalcante Lino e Victória Menezes Pereira

Estagiários: Beatriz Hammond, Bianca Satie Aoduch, Caroline Dubovicki e Gabrielly N. C. Saraiva

Capa: L notec

Líder de Inovações de Conteúdo para Print
CAMILA FUREGATO DA SILVA

Equipe de Conteúdo Digital

Coordenação
MARCELLO ANTONIO MASTROROSA PEDRO

Analistas: Gabriel George Martins, Jonatan Souza, Maria Cristina Lopes Araujo e Rodrigo Araujo

Gerente de Operações e Produção Gráfica
MAURICIO ALVES MONTE

Analistas de Produção Gráfica: Aline Ferrarezi Regis e Jéssica Maria Ferreira Bueno

Assistente de Produção Gráfica: Ana Paula de Araújo Evangelista

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Câmara Brasileira do Livro, SP, Brasil)

Estudos em homenagem aos 200 anos do Tribunal do Júri no Brasil / Rodrigo Fauz Pereira e Silva e Daniel Ribeiro Surdi de Avelar, coordenadores. - São Paulo : Thomson Reuters Brasil, 2022.

Vários autores.
Bibliografia
ISBN 978-65-5991-061-8

1. Júri. 2. Júri - Brasil. 3. Justiça - Brasil. 4. Prática forense. 5. Processo penal. I. Silva, Rodrigo Fauz Pereira e. II. Avelar, Daniel Ribeiro Surdi de.

22-110576

CDU-343.195.2(81)

Índices para catálogo sistemático:

1. Brasil : Tribunal do Júri : Processo penal 343.195.2(81)
Cibele Maria Dias - Bibliotecária CRB-8/9427

SUMÁRIO

NOTA DOS AUTORES	5
SOBRE OS COORDENADORES	7
SOBRE OS AUTORES.....	9
PREFÁCIO	15
1. O PAPEL DA TECNOLOGIA NA FORMAÇÃO DO <i>CASE THEORY</i> PARA O TRIBUNAL DO JÚRI	25
ALEXANDRE MORAIS DA ROSA e LUNA ROCHA DANTAS	
Introdução	25
1. O panorama teórico do instituto do júri	26
2. A previsão de cenários como estratégia no júri	30
Considerações finais	34
Referências das fontes citadas.....	34
2. 200 ANOS DE TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL: NOTAS AUTORITÁRIAS; RESISTÊNCIA GARANTISTA	37
ANA CLÁUDIA BASTOS DE PINHO e JOSÉ EDVALDO PEREIRA SALES	
1. Autoritarismo e tribunal do júri: origens e permanências.....	38
2. Garantismo e tribunal do júri: desafios e resistências	43
Referências.....	49
3. PROVAS PERICIAIS E TESTEMUNHAIS NOS PLENÁRIOS DOS JÚRIS BRASILEIRO E FRANCÊS: REFLEXÕES COMPARATIVAS ANTROPOLÓGICO-JURÍDICAS	51
ANA LÚCIA PASTORE SCHRITZMEYER	
Introdução	51
Mais de três décadas observando antropologicamente o Júri.....	52

Um erro profícuo	55
Tribunais do Júri no Brasil e na França	58
Vozes, silêncios, presenças e ausências: complexidades	62
Considerações finais	68
Referências bibliográficas	69
4. A IMPORTÂNCIA DO JUIZ DE GARANTIAS PARA O TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL	73
ANDRÉ MACHADO MAYA	
Introdução	73
I. O Tribunal do Júri como garantia e a fase de pronúncia como instrumento de concretização dessa garantia	74
II. O juiz de garantias e sua regulamentação pela Lei 13.964/19	76
III. A importância do juiz de garantias para a concretização da pronúncia como instrumento de controle da acusação no procedimento do júri	81
Considerações finais	84
Referências bibliográficas	85
5. A INSTITUIÇÃO DO JÚRI NO BANCO DOS RÉUS: ATAQUE E DEFESA NOS DEBATES EM TORNO DA REFORMA DO TRIBUNAL DO JÚRI NA DÉCADA DE 1930.....	87
ANTONIO PEDRO MELCHIOR e DENIS SAMPAIO	
Introdução	87
1. Debates em torno da reforma do Tribunal do Júri na Década de 1930	88
1.1. A instituição do Júri no banco dos réus: ataque e defesa	89
1.2. Discussões em torno da reforma do Júri até a ditadura do Estado Novo.....	93
2. A nova Lei do Júri (Decreto-Lei nº 167/38) e a consolidação jurídica do Estado autoritário no Brasil.....	98
Conclusões	103
Referências bibliográficas	103
6. O GRANDJURY NORTE-AMERICANO: RESGATE HISTÓRICO E PERSPECTIVAS PARA O SEU APRIMORAMENTO.	105
DANIEL RIBEIRO SURDI DE ÁVELAR	
1. Considerações gerais	105
2. Histórico no direito inglês.....	106
3. O <i>grand jury</i> no sistema norte-americano	111
4. O <i>grand jury</i> norte-americano é um instrumento eficiente e imparcial?	114
4.1. Vantagens da investigação protagonizada pelo <i>grand jury</i>	114
4.2. <i>Grand Jury: The “Prosecutor’s Puppet”?</i>	119

5.	Conclusão	121
6.	Referências bibliográficas.....	124
7.	EXECUÇÃO PROVISÓRIA DA PENA NO TRIBUNAL DO JÚRI.....	127
	DIOGO MALAN	
1.	Introdução.....	127
2.	Execução provisória da pena no Tribunal do Júri	127
3.	Conclusão	144
4.	Bibliografia	144
8.	O DESAFIO DA ORALIDADE NO TRIBUNAL DO JÚRI NO MARCO DE SEUS 200 ANOS DE VIGÊNCIA NO BRASIL.....	147
	FAUZI HASSAN CHOUKR	
1.	Problematização	147
2.	A oralidade como eixo central da refundação processual penal	149
2.1.	Refundação e o giro operacional do processo penal.....	151
2.1.1.	O que “oralidade” não é	152
2.1.2.	O que a “oralidade” é.....	154
3.	Poucas reformas; nenhuma refundação: as perspectivas do NCPP	154
	Bibliografia.....	155
9.	O ARTIGO 479 DO CPP E A PRECLUSÃO <i>PRO JUDICATO</i>	157
	GUILHERME MADEIRA DEZEM e MARIÂNGELA LOPES	
	Introdução	157
1.	Breve esboço histórico do Tribunal do Júri	158
2.	O papel do juiz presidente no plenário do júri.....	161
3.	O sentido da regra do artigo 479 na visão da jurisprudência e da doutrina ...	162
4.	Preclusão <i>pro judicato</i> ?	167
	Conclusão.....	170
	Referências bibliográficas	171
10.	O JÚRI E A SOBERANIA DOS VEREDICTOS: A QUESTÃO DA VERDADE E A ABSOLVIÇÃO NO QUESITO GENÉRICO	173
	JACINTO NELSON DE MIRANDA COUTINHO e MARCIO GUEDES BERTI	
1.	Introdução.....	173
1.1.	Importância do tema	173
1.2.	Generalidade	176
2.	Soberania dos veredictos.....	179
2.1.	A questão da soberania.....	179
2.2.	A questão da (im)parcialidade.....	184
3.	O problema da verdade no júri: soberania, parcialidade e verdade	186
3.1.	A soberania do júri e sua extensão: não há outra parcialidade	186

22	ESTUDOS EM HOMENAGEM AOS 200 ANOS DE TRIBUNAL DO JÚRI NO BRASIL	
	3.2. Decisão contrária à prova dos autos?	190
	Referências bibliográficas	191
11.	JÚRI DA BOATE KISS: DOLO EVENTUAL PARA QUE(M)?	195
	JADER MARQUES	
	Dolo eventual, coerência e integridade	195
	Dolo eventual e o caráter retórico da legalidade penal.....	199
	Dolo eventual: fazer uma escolha não é decidir.....	203
	Dolo eventual para que(m)?	206
	Voltando à pergunta: dolo eventual para que(m)?.....	211
12.	SISTEMA DE ESCOLHA E DE RECUSA DE JURADOS: UM PARALELO ENTRE O JÚRI BRASILEIRO E O JÚRI ESTADUNIDENSE.....	213
	JOSÉ LAURINDO DE SOUZA NETTO e RONALDO DE PAULA MION	
	1. Introdução.....	213
	2. Sistema de escolha e recusa de jurados no Tribunal do Júri brasileiro	215
	3. Sistema de escolha e recusa de jurados no Tribunal do Júri estadunidense ...	219
	4. Conclusão	223
	5. Referências bibliográficas.....	225
13.	EL JUICIO POR JURADOS EN AMÉRICA LATINA	229
	LEONEL GONZÁLEZ POSTIGO	
	1. Introducción	229
	2. Bases históricas del juicio por jurados	230
	3. Los modelos de jurado	232
	4. La actualidad del jurado en América Latina	234
	5. Palabras finales.....	237
14.	O SISTEMA BRASILEIRO DE JÚRI E A ADMISSIBILIDADE DA ABSOLVI- ÇÃO POR CLEMÊNCIA: UMA COMPREENSÃO HISTÓRICA A PARTIR DO TRANSPLANTE DO JÚRI PARA A CIVIL LAW	239
	MARCELLA MASCARENHAS NARDELLI	
	Considerações iniciais	239
	1. O <i>jury nullification</i> no contexto anglo-americano	240
	2. O júri da <i>civil law</i> e o questionário como método de decisão: questões de fato e questões de direito	244
	3. A clemência no júri brasileiro à luz do modelo de quesitação estabelecido pela Lei 11.689/08.....	250
	Referências.....	253
15.	POR QUE O TRIBUNAL DO JÚRI DEMORA?	257
	MARIA THERESA ROCHA DE ASSIS MOURA e DANIEL MARCHIONATTI	
	Introdução	257

1. Cognição judicial	259
1.1. Instrução preliminar.....	259
1.2. Preclusão da pronúncia	265
2. Organização	267
2.1. Pauta.....	267
2.2. Preparação para o plenário	268
Conclusão.....	269
Referências bibliográficas	270
16. A SOBERANIA DOS VEREDICTOS NO TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DO CEARÁ: ANÁLISE SOBRE A INADMISSIBILIDADE DO RECURSO DE APELAÇÃO DO MINISTÉRIO PÚBLICO COM BASE NA CONTRARIEDADE À PROVA DOS AUTOS PELO QUESITO GENÉRICO DA ABSOLVIÇÃO	273
NESTOR EDUARDO ARARUNA SANTIAGO, MÔNICA M. TASSIGNY e JOSÉ VICTOR IBIAPINA CUNHA MORAIS	
Introdução	273
1. Recurso de apelação criminal em face de decisões do tribunal do júri....	275
2. Inadmissibilidade do recurso de apelação do Ministério Público com base na contrariedade às provas dos autos	278
3. A inadmissibilidade do recurso de apelação do Ministério Público com fundamento na contrariedade à prova dos autos pelo quesito genérico da absolvição: estudo jurisprudencial do Tribunal de Justiça do Ceará ...	280
3.1. Análise de apelações criminais do Ministério Público no TJCE	282
Conclusão.....	288
Referências.....	288
17. AINDA SOBRE O <i>IN DUBIO PRO SOCIETATE X IN DUBIO PRO REO</i>	291
RODRIGO FAUCZ PEREIRA E SILVA e PRISCILLA KAVALLI	
1. Introdução.....	291
2. O procedimento bifásico e a decisão de pronúncia	293
3. O <i>standard</i> probatório para pronunciar	296
4. O princípio da presunção de inocência e o <i>in dubio pro reo</i>	302
5. O <i>in dubio pro societate</i>	306
6. Conclusão	311
Referências.....	313
18. QUESITAÇÃO NO JÚRI – PARECER	317
GERALDO PRADO	
Consulta	317
1. Breve síntese dos fatos.....	318

2. Objetividade e imparcialidade na formulação dos quesitos no júri: os limites jurídicos e epistemológicos à intervenção e influência do juiz presidente sobre os jurados 320
3. Da formação do conselho de sentença e o corpo de jurados 330